

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N.º 008/2024 PARA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 018/2024

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Torna-se público que o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DA SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO SERTÃO, ESTADO DA BAHIA, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço, modo de disputa aberto, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, e demais legislação aplicável.

Recebimento das Propostas: Das 17h00min do dia 18/07/2024 às 17h00min do dia 23/07/2024.

Data da Sessão: **24/07/2024** - Horário da Fase de Lances: **Das 08h00min às 14h00min.**

Local da Realização da Sessão: <https://bll.org.br/> - Plataforma: BLL - Compras

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM A FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, BEM COMO REALIZAR EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS DOS COLABORADORES DA POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE DO ALTO SERTÃO, SITUADA EM GUANAMBI - BAHIA, por dispensa de licitação.

1.1. A aquisição dos produtos e/ou contratação dos serviços ocorrerá de maneira parcelada, atendendo às necessidades conforme forem surgindo e sendo identificadas pelo Consórcio. Este procedimento segue o que foi detalhadamente estipulado no Anexo I do presente Aviso de Dispensa Eletrônica, garantindo que a compra seja efetuada de maneira alinhada com as demandas atuais e específicas do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DA SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO SERTÃO.

1.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante plataforma de licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil - <https://bll.org.br/>.

2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual e forma de envio das propostas, conforme diretrizes da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- a) Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Consórcio, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Empresa impedida de licitar e contratar com o Consórcio, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- e) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- f) Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, art 14º da Lei n.º 14.133/2021;
- f.1.) Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da dispensa ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Dispensa Eletrônica;
- h) Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;
- i) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- j) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em <https://bll.org.br/>.

2.6. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Ao apresentar a proposta a licitante declara que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer produtos, em quantidades e qualidades adequadas, e entregues na sede do Consórcio, visando a perfeita entrega do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7. Como condição para participação no Aviso de Dispensa Eletrônica, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à declaração de enquadramento como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, não contrariando o disposto no art 4º § 2º da Lei 14.133/2021.

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Aviso.

3.9. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior ao lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. DA ETAPA COMPETITIVA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. A partir das **08h00min** da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado observando o VALOR TOTAL DO LOTE em disputa.

4.2.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 50,00**

(cinquenta reais).

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.7. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.7.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pelo Consórcio, poderá haver a negociação de condições mais vantajosa com o fornecedor que tenha apresentado o melhor preço e, no insucesso desta, com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação.

4.8. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.8.1. Quando convocada, nos termos do sub-item anterior, o fornecedor terá o prazo máximo de **02 (duas) horas** para anexar a proposta reajustada, sob pena de desclassificação.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.10.1. contiver vícios insanáveis;

4.10.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.10.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Consórcio;

4.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.11. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa eletrônica.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste aviso de dispensa eletrônica, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, a seguir informada:

5.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial no caso de firma individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E SOCIAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

5.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados

na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

5.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório dos produtos ou serviços objeto desta licitação, devendo, esse(s) atestado(s) conter(em), no mínimo, descrição clara dos produtos fornecidos e/ou serviços prestados, sendo que, as informações que não constarem dos respectivos atestados deverão ser complementadas por meio de cópia autenticada de instrumento de contrato ou nota fiscal;

b) Comprovação de registro e/ou inscrição nas entidades profissionais competentes Conselho Regional de Medicina - CRM de sua jurisdição, relativos à **empresa** e seus **responsáveis técnicos**;

b.1) O fornecedor interessado deverá ainda comprovar a regularidade perante sua entidade profissional, relativa ao exercício de 2024 (dois mil e vinte e quatro), tanto da pessoa jurídica, quanto do seu responsável técnico, sob pena de inabilitação.

c) Declaração emitida pelo(s) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) encarregado(s) pela execução dos serviços, autorizando a sua indicação para compor a equipe, acompanhada dos respectivos currículos profissionais devidamente assinado(s) pelo(s) mesmo(s);

d) Declaração da Licitante de que realizou vistoria "*in loco*" tomando ciência das condições e do grau de dificuldade dos serviços e de todos os aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução dos mesmos, atestando pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, com visto de representante da Assessoria Técnica Administrativa da Policlínica Regional de Saúde do Alto Sertão;

e) A vistoria "*in loco*" referida na alínea anterior deverá ser feita por representante da Licitante em dia útil, a partir da data da publicação do edital/aviso, no horário das 08h00min às 17h00min, até o último dia útil anterior a data da abertura do certame. A empresa deverá apresentar junto a documentação de habilitação, o respectivo atestado de vistoria assinado por servidor da Policlínica Regional de Saúde do Alto Sertão, devendo para tanto ser agendado junto a Assessoria Técnica através dos telefones (77) 3451-3857 ou E-mail: licitacao@cisaltosertao.ba.gov.br;

f) Não desejando realizar a visita "*in loco*", deverá a Licitante firmar declaração de que tem conhecimento de TODAS as condições para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação, assumindo a responsabilidade por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas, caso tivesse realizado a visita técnica;

g) Apresentação de alvará sanitário da sede da licitante, emitido pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL competente, dentro do prazo de validade;

h) Apresentação de alvará de licença de localização e funcionamento da sede da licitante, emitido pela Prefeitura Municipal, dentro do prazo de validade ou, no caso de vencida o pedido de renovação ainda se estiver pendente de julgamento, documento comprobatório de tal situação.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 - A ausência de anexação de regularidade fiscal e social que possam ser conferidas em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Agente de Contratação realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal e social da empresa.

5.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da plataforma eletrônica, nos documentos por ele abrangidos.

5.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do CADASTRAMENTO para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas** após solicitação do Consórcio, sob pena de inabilitação.

5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor da dispensa, prorrogável por igual período, a critério do Consórcio, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, sendo facultado ao Consórcio convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a dispensa.

5.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.6.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Consórcio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Findo o julgamento da Dispensa Eletrônica, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a ARP, que obedecerá ao modelo **Anexo IV**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 0,5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 03 (três) anos.

7.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:

I - multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.1.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

I - multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

I - multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;

I - multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de;

I - multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.1.9. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

I - advertência;

7.1.10. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

I - multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.11. Dar causa à inexecução total do contrato;

I - multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.12. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

I - multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 03 (três) anos.

7.1.13. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

I - multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.1.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

I - multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.1.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

I - multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

7.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

8. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Findo o julgamento da Dispensa Eletrônica, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a ARP, que obedecerá ao modelo **Anexo IV**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

8.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

8.3. Será facultado ao Consórcio, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme artigo 90 da lei Federal 14.133/2021.

8.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 8.3 deste artigo, o

Consórcio, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Aviso de Dispensa Eletrônica, poderá:

8.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

8.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Consórcio caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

8.6. A regra do 8.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do 8.4.1.

9. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.2. No prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser contratado os fornecedores registrados na ata de Registro de Preços que será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

9.3. A Ata de Registro de Preços celebrado poderá ser EXTINTA a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

10. DAS OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

10.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, constituem obrigações do Fornecedor Registrado, além da constante do Art. 89 e 92 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da ata de registro de preços.

10.2. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei n.º 14.133/21.

11.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da ata de registro de preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), o Consórcio poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Consórcio.

12.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Consórcio poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.4. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Consórcio, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.6. Da sessão pública será divulgada Ata.

12.7. A publicidade do ato que autoriza a Dispensa Eletrônica, bem como da Ata de Registro de Preços deverá ser feita no Diário Oficial Consórcio, em até dez (10) dias úteis, contados da data de sua emissão.

12.8. Integram este Aviso de Aviso de Dispensa, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Declaração Unificada;

ANEXO III - Modelo de Proposta;

ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO V - Minuta de Contrato.

Guanambi - Bahia, em 18 de Julho de 2024.

FRANCIS DIELLE MARTINS RIBEIRO SANTOS
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 012 DE 06 DE MARÇO DE 2024

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM A FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, BEM COMO REALIZAR EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS DOS COLABORADORES DA POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE DO ALTO SERTÃO, SITUADA EM GUANAMBI - BAHIA.

II - DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação se dará por meio de processo eletrônico de contratação direta (dispensa eletrônica), conforme estabelecido na legislação vigente. A seleção da empresa será realizada com base na melhor proposta técnica e econômica, visando garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

2.2. A descrição detalhada do objeto está contida no Anexo A deste termo de referência, bem como a justificativa da quantidade estimada.

III - DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme a legislação aplicável.

IV - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação dos serviços de consultoria e assessoria técnica em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a realização de exames médicos periódicos, está fundamentada nos seguintes aspectos:

a) Legislação Trabalhista e Normas Regulamentadoras:

Atender aos requisitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO) e a NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA).

b) Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais:

Implementar medidas preventivas para reduzir a incidência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro para os colaboradores.

c) Saúde e Bem-estar dos Colaboradores:

Promover a saúde e o bem-estar dos colaboradores, realizando exames médicos periódicos que possibilitem a detecção precoce de problemas de saúde relacionados ao trabalho.

d) Responsabilidade Social e Corporativa:

Demonstrar o compromisso da Policlínica Regional de Saúde com a responsabilidade social e corporativa, garantindo condições adequadas de trabalho e a saúde dos seus colaboradores.

e) Redução de Custos:

A implementação de programas eficazes de saúde e segurança no trabalho pode resultar na redução de custos relacionados a afastamentos, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, além de melhorar a produtividade dos colaboradores.

f) Conformidade Legal:

Evitar penalidades e sanções decorrentes do descumprimento das normas regulamentadoras e da legislação trabalhista, assegurando a conformidade legal da instituição.

V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na implementação integrada de serviços de consultoria e assessoria técnica em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, abrangendo todas as etapas necessárias para garantir um ambiente de trabalho seguro e a saúde dos colaboradores da Policlínica Regional de Saúde. A solução é composta por várias fases inter-relacionadas que visam a promoção contínua da saúde e segurança no trabalho.

a) Diagnóstico Inicial:

Levantamento das Condições de Trabalho: Inspeções detalhadas das instalações da Policlínica para identificar possíveis riscos e avaliar as condições de trabalho.

Análise de Processos: Avaliação dos processos laborais e dos ambientes de trabalho para identificar fatores de risco e áreas que necessitam de intervenção.

Entrevistas e Questionários: Coleta de informações junto aos colaboradores sobre suas condições de trabalho e saúde, bem como suas percepções sobre segurança.

b) Elaboração de Programas e Planos:

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA): Desenvolvimento do PPRA conforme a NR-9, incluindo a identificação e avaliação dos riscos, bem como as medidas de controle necessárias.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): Desenvolvimento do PCMSO conforme a NR-7, incluindo a definição dos exames médicos ocupacionais e a periodicidade de sua realização.

c) Implementação das Ações:

Controle de Riscos: Implementação de medidas técnicas, administrativas e de proteção individual/coletiva para eliminar ou reduzir os riscos identificados.

Realização de Exames Médicos: Condução de exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais, conforme definido no PCMSO.

Treinamentos e Capacitações: Realização de treinamentos regulares sobre segurança do trabalho e saúde ocupacional, incluindo simulações de emergência e uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

d) Monitoramento e Acompanhamento:

Auditorias e Inspeções Periódicas: Realização de auditorias internas e externas para verificar a conformidade com as normas regulamentadoras e a eficácia das medidas implementadas.

Acompanhamento da Saúde dos Colaboradores: Monitoramento contínuo da saúde dos colaboradores através dos exames periódicos e de avaliações de saúde ocupacional.

e) Ações Corretivas e Preventivas:

Análise de Acidentes e Incidentes: Investigação detalhada de acidentes e incidentes ocorridos, com identificação das causas raízes e implementação de medidas corretivas.

Campanhas de Saúde e Segurança: Desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre temas relevantes para a saúde e segurança dos trabalhadores, como ergonomia, prevenção de doenças ocupacionais, e promoção de hábitos saudáveis.

f) Documentação e Relatórios:

Relatórios Técnicos: Emissão de relatórios técnicos detalhados sobre as condições de trabalho, resultados dos exames médicos e ações realizadas.

Manutenção de Registros: Manutenção de registros obrigatórios, como o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e os atestados de saúde ocupacional, garantindo sua atualização e disponibilidade para fiscalização.

VI - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A empresa interessada em participar do processo de contratação deve apresentar documentação conforme dispõe o Art. 62 da Lei 14.133 de 2021.

VII - EXECUÇÃO DO OBJETO/PRAZOS

7.1. O fornecedor vencedor deverá executar o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital/aviso da dispensa, de acordo com este Termo de Referência, proposta de preços apresentada, e ainda, nos termos da minuta da Ata de Registro de Preços que integra o presente edital/termo.

7.2. A contratada deverá entregar o material e/ou prestar os serviços de acordo com a ordem de fornecimento emitida ou carta contrato.

7.3. Os serviços deverão ser entregues nos seguintes prazos:

a) Os exames médicos e consultas indicadas no **Lote 01 (um)** deverão ser agendados e executados em no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, que será enviada por e-mail, de acordo com o endereço informado pelo fornecedor.

b) Os projetos/itens constantes no **item 01 (um)** do **lote 02 (dois)**, PPP; PGR; LTCAT; PCMSO e LTIP, deverão ser emitidos e/ou atualizados, quando necessários, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, que será enviada por e-mail, de acordo com o endereço informado pelo fornecedor.

c) O envio obrigatório de dados do e-Social que se referem aos servidores vinculados ao **item 02 (dois)** do **Lote 02 (dois)**, eventos S-2210, S-2220 e S-2240, será fixo mensal, e deverá se iniciar no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, que será enviada por e-mail, de acordo com o endereço informado pelo fornecedor.

d) As ações referentes ao **item 03 (três)** do **lote 02 (dois)**, implementação e assessoria do **CIPA** e **SIPAT**, deverão se iniciar no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, que será enviada por e-mail, de acordo com o endereço informado pelo fornecedor.

7.4. A vencedora do **lote 01 (um)** deverá, obrigatoriamente, sob pena de rescisão contratual, realizar a coleta e exames necessariamente no perímetro urbano de **Guanambi - Bahia**.

7.5. A vencedora do **lote 01 (um)** deverá ainda emitir, sempre que solicitado, o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO em três vias que serão assinadas pelo servidor e médico responsável. A 1ª via será entregue a Contratante, a 2ª via ao servidor e a 3ª via será arquivada junto ao prontuário médico;

VIII - REGIONALIZAÇÃO E TRATAMENTO FAVORECIDO

8.1. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Micro e Pequenas Empresas, conforme regulamentação vigente.

IX - GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O CIS - ALTO SERTÃO exercerá o gerenciamento da Ata de registro de Preços.

X - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da empresa licitante, e deverá incluir todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.2. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita entrega dos produtos será interpretada como não existente ou já incluída nos preços apresentados.

10.3. A solicitação de entrega será demandada de acordo com a necessidade do CIS - ALTO SERTÃO, que solicitará o necessário através de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, em conformidade com o registrado na ARP.

10.4. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação documentos fiscais, à CONTRATADA, através da Diretoria Executiva, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

10.4.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o recebimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

10.4.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação e liquidação do objeto pela fiscalização do Consórcio e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.4.3. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Consórcio, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.4.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Consórcio.

10.5. A critério do Consórcio poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

10.6. O Consórcio poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Consórcio.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Consórcio.
- d) Débito da CONTRATADA para com o Consórcio quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

XI - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A aquisição será realizada por meio de dispensa eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE.

XII - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. Preços referenciais serão anexados, respeitando a confidencialidade, se aplicável.

XIII - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A dotação orçamentária será do CIS - ALTO SERTÃO, no exercício financeiro.

XIV - DA APROVAÇÃO E FORNECIMENTO

14.1. A Contratada deverá fornecer os produtos e/ou prestar os serviços sem ônus à contratante, seguindo as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho/Carta Contrato.

XV - JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15.1. Conforme o art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021, a dispensa do estudo técnico preliminar se justifica para contratação de valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo este valor duplicado para contratações realizados por Consórcio Públicos, conforme parágrafo 2º do art. 75 da referida Lei.

15.2. A atualização dos valores constantes da Lei 14.133/21 ocorre a cada 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo. Nesse sentido, o Decreto nº. 11.871/23 atualizou o valor estabelecido no inciso II, do art. 75, para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

15.3. Anota-se que conforme dispõe o § 2º do Art. 75 da Nova Lei de Licitações, “os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão **duplicados** para compras, obras e serviços contratados por **consórcio público** ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei”.

Guanambi - Bahia, em 18 de Julho de 2024.

Igor Muriel Lopes e Silva
Diretor Administrativo
CIS - Alto Sertão

ANEXO (A) DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DETALHAMENTO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

LOTE 01 - EXAMES MÉDICOS					
OS SERVIÇOS DO LOTE 01 DEVERÃO SER REALIZADOS NA CIDADE DE GUANAMBI - BAHIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ADMISSIONAL	UNID.	14	R\$ 78,79	R\$ 1.103,06
2	DEMISSIONAL	UNID.	14	R\$ 78,79	R\$ 1.103,06
3	PERIODICO	UNID.	82	R\$ 78,79	R\$ 6.460,78
4	RETORNO/FÉRIAS	UNID.	14	R\$ 78,79	R\$ 1.103,06
5	RETORNO/LICENÇA SAÚDE	UNID.	14	R\$ 78,79	R\$ 1.103,06
6	RETORNO/LICENÇA MATERNIDADE	UNID.	16	R\$ 78,79	R\$ 1.260,64
7	MUDANÇA DE CARGO	UNID.	5	R\$ 78,79	R\$ 393,95
8	HEMOGRAMA COMPLETO	UNID.	82	R\$ 19,61	R\$ 1.608,02
9	URINA	UNID.	24	R\$ 18,31	R\$ 439,44
10	FEZES	UNID.	24	R\$ 14,45	R\$ 346,80
11	GLICOSE	UNID.	82	R\$ 14,45	R\$ 1.184,90
12	COLESTEROL TOTAL	UNID.	82	R\$ 14,45	R\$ 1.184,90
13	TRIGLICERÍDEOS	UNID.	82	R\$ 13,59	R\$ 1.114,38
14	TGO	UNID.	63	R\$ 15,31	R\$ 964,53
15	TGP	UNID.	63	R\$ 15,31	R\$ 964,53
16	GAMA GT	UNID.	63	R\$ 15,31	R\$ 964,53
17	AGHBS	UNID.	63	R\$ 39,39	R\$ 2.481,57
18	ANTI HVA IGG	UNID.	63	R\$ 46,99	R\$ 2.960,37
19	ANTI HBS	UNID.	63	R\$ 46,99	R\$ 2.960,37
20	ANTI HCV	UNID.	63	R\$ 46,99	R\$ 2.960,37
21	ANTI HBC IGG	UNID.	63	R\$ 46,99	R\$ 2.960,37
22	RAIO X TORAX PA COM LAUDO (RADIOLOGIA)	UNID.	10	R\$ 116,19	R\$ 1.161,90
23	AUDIOMETRIA (OTORRINOLARINGOLOGICO)	UNID.	10	R\$ 55,69	R\$ 556,90
VALOR TOTAL					R\$ 37.341,49

LOTE 02 - CONSULTORIA E ASSESSORIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de prestar consultoria e assessoria técnica, elaborar e implementar documentos técnicos voltados à área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e em cumprimento às exigências das Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a saber: PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PGR – Programa de Gerenciamento de Risco; PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário; LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e LTIP - Laudo de Técnico de Insalubridade e Periculosidade, em atendimento às necessidades da Policlínica Regional de Saúde do Alto Sertão, sediada em Guanambi - Bahia.	MÊS	12	R\$ 1.080,00	R\$ 12.960,00

2	PLANO E-SOCIAL PARA O ATENDIMENTO DE ATÉ 100 (CEM) VIDAS Implantação, cadastro, envio e acompanhamento do sistema de segurança e medicina do trabalho nos padrões do e-social para gerar os eventos, S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde Do Trabalhador), S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores De Risco);	MÊS	12	R\$ 360,00	R\$ 4.320,00
3	Prestação de Serviços para constituição da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) , com as seguintes atribuições: Suporte na implementação de programas de prevenção de acidentes; Acompanhamento e avaliação das condições de segurança no ambiente de trabalho; Orientação e treinamento dos membros da CIPA; Elaboração de relatórios e indicadores de desempenho relacionados à segurança no trabalho; Promoção de campanhas e iniciativas voltadas à conscientização e prevenção de acidentes. Assessoria na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) , com as seguintes atribuições: Planejamento e organização das atividades da SIPAT; Coordenação de palestras, treinamentos e workshops; Desenvolvimento e distribuição de materiais educativos; Avaliação e melhoria contínua das atividades realizadas durante a SIPAT.	MÊS	12	R\$ 360,00	R\$ 4.320,00
VALOR TOTAL					R\$ 21.600,00

Valor Total Estimado: **R\$ 58.941,49 (cinquenta e oito mil novecentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos).**

2. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA:

2.1. O critério adotado para a estimativa da quantidade a ser licitada para cada item foi realizada através de um levantamento da quantidade de colaboradores, 85 (oitenta e cinco) pessoas, subdivididos por setor, sendo: Setor Administrativo, Setor Assistencial - Multiprofissional, Setor de Radiologia, Setor Médico e Setor de Enfermagem, onde se estimou o mínimo de 01 (um) exame/procedimento para cada colaborador, bem como se considerou possíveis contratações, demissões, férias e demais itens pertinentes e obrigatórios à luz da legislação trabalhista, conforme relação de colaboradores que segue:

Nº	NOME DO PROFISSIONAL	FUNÇÃO
1	ADRIANO FROTA VIEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
2	AIDE SARAIVA PEREIRA DE MELO	MÉDICA GINECOLOGISTA E OBSTETRA
3	ALEXANDRE LUIS GOMEZ MENEZES GUIMARAES	MÉDICO ORTOPEDISTA
4	ALEXANDRE FILIPOV TERRACAO	MÉDICO UROLOGISTA
5	ALINE GOMES SANTOS	ENFERMEIRA
6	ALINE PINTO JUNQUEIRA	TECNICA EM ENFERMAGEM
7	ANA CLARA VIANA SILVA	MÉDICA OFTALMOLOGISTA

8	APARECIDA PINHO DE SOUZA	TECNICA EM ENFERMAGEM
9	BARBARA DE BRITO FAGUNDES	MÉDICA CARDIOLOGISTA
10	BRUNNO HENRIQUE LEAO SOUTO	MÉDICO RADIOLOGISTA
11	CATARINA NEVES PORTELA	MÉDICA DERMATOLOGISTA
12	CAUANNA DA SILVA SANTOS	DIRETORA GERAL
13	DALAYNE SABRINNE CASTRO ALVES RIBEIRO	TÉCNICA EM RADIOLOGIA
14	DANIELLE RODRIGUES ASSUNCAO	MÉDICA GINECOLOGISTA
15	DEBORA MAGALHAES DE SOUZA FERNANDES	MÉDICA ECOCARDIOGRAFISTA
16	DORIVAL BARBOSA DO CARMO	DIRETOR ASSISTENCIAL
17	EDILCELIA DE JESUS LOPES	ENFERMEIRA
18	EDIVAN FERNANDES FROTA FILHO	MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA
19	EDUARDO CAMARGO SILVA	MÉDICO UROLOGISTA
20	ELANE DA SILVA BARBOSA	TÉCNICA EM RADIOLOGIA
21	EMANOELA DE SANTANA GUEDES	ENFERMEIRA
22	ENI SOUZA CAMARA LIMA	ASSESSORA TÉCNICA
23	EVA PALOMA DE OLIVEIRA DUARTE	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA
24	FABIA LAIS COTRIM FERNANDES	MÉDICO NEUROLOGISTA
25	FERNANDA LEDO PORTELLA LOPES	MÉDICO COLOPROCTOLOGISTA
26	FERNANDA MARTINS SOBRINHO	ASSESSORA TÉCNICA
27	FRANCYELLE DE OLIVEIRA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
28	GELLISYANNE FERNANDES FERREIRA TERRACAO	MÉDICO ANESTESISTA
29	GLEICIANA SOARES DA SILVA	TECNICA EM ENFERMAGEM
30	GUSTAVO TEIXEIRA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM
31	IANA MANUELLA FERNANDES NEVES ABREU	MÉDICA OFTALMOLOGISTA
32	IARA PRATES PEREIRA	TECNICA EM ENFERMAGEM
33	ITALO DOURADO DE MELO	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
34	JACKSON VICTOR SANTOS SILVEIRA	TÉCNICO EM RADIOLOGIA
35	JAILTON FERREIRA PORTUGAL	TÉCNICO EM RADIOLOGIA
36	JANAINA DE JESUS COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
37	JANAINA MARQUES SOUZA	TECNICA EM ENFERMAGEM
38	JAYSE DA SILVA FAGUNDES	TÉCNICA EM RADIOLOGIA
39	JESSICA FRAGA DE OLIVEIRA	MÉDICA PEDIATRA
40	JUCIARA SILVA NOGUEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
41	JUCIRLEIDE DE SOUZA SANTOS	TECNICA EM ENFERMAGEM
42	JULIO RODRIGUES SALLES	MÉDICO ORTOPEDISTA
43	KATIUCE FERREIRA LEÃO	NUTRICIONISTA
44	LANA LUIZA FARIAS LOPES FROTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
45	LARISSA GRAZYELLA MEIRA CARDOSO DE CASTRO	MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA
46	LAZARO NEVES MARTINS	MÉDICO ECOCARDIOGRAGISTA
47	LEANDRO ALVES GUIMARAES	TÉCNICO EM RADIOLOGIA
48	LEILIANE RODRIGUES MOREIRA	TECNICA EM ENFERMAGEM
49	LILIANE DE OLIVEIRA TEIXEIRA	MÉDICA PNEUMOLOGISTA
50	LIS TEIXEIRA CASTRO ALVES	MÉDICO OFTALMOLOGISTA
51	LORENA VIEIRA PEREIRA REGO	MÉDICA OFTALMOLOGISTA
52	LUCAS CARDOSO DE AZEVEDO LIMA	MÉDICO NEUROLOGISTA
53	LUCAS FERREIRA CORDEIRO	MÉDICO OFTALMOLOGISTA
54	MAJILLA MAGALHAES SILVA	MÉDICA RADIOLOGISTA
55	MARCIO ANDRE FERNANDES TEIXEIRA	MÉDICO UROLOGISTA
56	MARCIO PEREIRA DE ALMEIDA	OUVIDOR

57	MARIA ALICE PEREIRA RIBEIRO XAVIER	ASSISTENTE SOCIAL
58	MARIA FERNANDA FERNANDES TEIXEIRA	MÉDICO EM ENDOSCOPIA
59	MARIA VANIA ROCHA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
60	MARLEIDE CALDEIRA DA SILVA CHAVES	TECNICA EM ENFERMAGEM
61	MAYRA DANIELLE MIRANDA TEIXEIRA	ENFERMEIRA
62	MAYSA CARDOSO SILVA	MÉDICO NEUROLOGISTA
63	MICAELE DE JESUS DEPINA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
64	MILENE BARBOSA FERREIRA VILAS BOAS	TECNICA EM ENFERMAGEM
65	MURILLO RODRIGUES MORAIS	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL
66	NIUZETE SOARES DA SILVA SOUZA	TECNICA EM ENFERMAGEM
67	PRISCILA MONTEIRO DE PAULA MOURA	MÉDICA GINECOLOGISTA E OBSTETRA
68	PRISCILA RODRIGUES DA SILVA BRITO	TÉCNICA EM RADIOLOGIA
69	RAFAELLA ALCANTARA SANTOS	MÉDICA ANESTESISTA
70	RAQUEL PEREIRA MACEDO	TÉCNICA EM RADIOLOGIA
71	REJANE PEREIRA DOS SANTOS SILVA	TECNICA EM ENFERMAGEM
72	RENATO SILVEIRA DE ASSUNCAO JUNIOR	MÉDICO ANESTESISTA
73	ROGER LOPES SOUZA BADARO	MÉDICO ANGIOLOGISTA
74	ROMULO DE SOUZA ROCHA	MÉDICO CARDIOLOGISTA
75	ROSA MARIA RIBEIRO FAGUNDES	MÉDICA CARDIOLOGISTA
76	ROSILENE PEREIRA DA SILVA	PSICÓLOGA
77	ROSINEIDE QUEIROZ DA SILVA MATOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
78	SANDRA CARDOSO NEVES RODRIGUES	TECNICA EM ENFERMAGEM
79	SANDRA FABIA DOS SANTOS GOMES LIMA	TECNICA EM ENFERMAGEM
80	TANIA DE CASSIA RODRIGUES DA SILVA SOARES	TECNICA EM ENFERMAGEM
81	THAYANNY ISLA DA SILVA MALHEIRO	FARMACÊUTICA
82	THIARA PEREIRA PRATES	MÉDICA ENDOCRINOLOGISTA
83	VANDERSON OLIVEIRA DAS NEVES	TÉCNICO EM RADIOLOGIA
84	VANI ABREU DE SOUZA FILHO	MEDICO REUMATOLOGISTA
85	VITOR RAFAEL ALMEIDA CRUZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

2.2. Os quantitativos para elaboração/atualização dos programas são baseados naquilo que se exige na legislação trabalhistas, obrigatórias, previstas no Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com aprovação pela Lei nº 6.514/1977, bem como o que dispõe as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

2.3. Os quantitativos descritos neste termo de referência são estimados, sendo que no término de vigência da Ata de Registro de Preços, o saldo remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o Consórcio desobrigado da aquisição total dos produtos/serviços e consequentemente do seu pagamento.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Papel timbrado da licitante)

Ao Agente de Contratação

Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Alto Sertão - CIS - ALTO SERTÃO.

Ref: Aviso Dispensa Eletrônica nº 008/2024.

Pelo presente instrumento, a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que:

() Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

() Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, e estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

() Declara que no ano-calendário em curso não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

() Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina a Lei nº 14.133/21, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

Obs.: Se a licitante possuir menores de 14 (quatorze) anos aprendizes deverá declarar essa condição.

() Declara, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

() Declara, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

() Declara, para os devidos fins que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

() Declara que está cientes e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, assumindo a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas como firmes e verdadeiras.

() Declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato; que estamos plenamente cientes do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

1) Compromete a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos, instaurados por este Consórcio, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a)____, Portador(a) do RG sob nº____e CPF nº____, cuja função/cargo é____(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato.

3) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e esta dispensa, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone (com DDD):

4) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Consórcio, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

5) Declara ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicada ao CIS - ALTO SERTÃO.

Local - Data.

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

Ao setor de Licitação do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Alto Sertão - CIS - ALTO SERTÃO

Ref.: Aviso Dispensa Eletrônica nº 008/2024.

Prezados Senhores,

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO E TELEFONE:

EMAIL:

AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA BANCÁRIA;

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta de preços relativa à FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM A FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, BEM COMO REALIZAR EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS DOS COLABORADORES DA POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE DO ALTO SERTÃO, SITUADA EM GUANAMBI - BAHIA, conforme planilha abaixo:

LOTE 01 - EXAMES MÉDICOS					
OS SERVIÇOS DO LOTE 01 DEVERÃO SER REALIZADOS NA CIDADE DE GUANAMBI - BAHIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ADMISSIONAL	UNID.	14		
2	DEMISSIONAL	UNID.	14		
3	PERIODICO	UNID.	82		
4	RETORNO/FÉRIAS	UNID.	14		
5	RETORNO/LICENÇA SAÚDE	UNID.	14		
6	RETORNO/LICENÇA MATERNIDADE	UNID.	16		
7	MUDANÇA DE CARGO	UNID.	5		
8	HEMOGRAMA COMPLETO	UNID.	82		
9	URINA	UNID.	24		
10	FEZES	UNID.	24		
11	GLICOSE	UNID.	82		
12	COLESTEROL TOTAL	UNID.	82		
13	TRIGLICERÍDEOS	UNID.	82		
14	TGO	UNID.	63		
15	TGP	UNID.	63		
16	GAMA GT	UNID.	63		
17	AGHBS	UNID.	63		
18	ANTI HVA IGG	UNID.	63		
19	ANTI HBS	UNID.	63		

20	ANTI HCV	UNID.	63		
21	ANTI HBC IGG	UNID.	63		
22	RAIO X TORAX PA COM LAUDO (RADIOLOGIA)	UNID.	10		
23	AUDIOMETRIA (OTORRINOLARINGOLOGICO)	UNID.	10		
VALOR TOTAL					

LOTE 02 - CONSULTORIA E ASSESSORIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de prestar consultoria e assessoria técnica, elaborar e implementar documentos técnicos voltados à área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e em cumprimento às exigências das Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a saber: PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PGR – Programa de Gerenciamento de Risco; PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário; LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e LTIP - Laudo de Técnico de Insalubridade e Periculosidade, em atendimento às necessidades da Policlínica Regional de Saúde do Alto Sertão, sediada em Guanambi - Bahia.	MÊS	12		
2	PLANO E-SOCIAL PARA O ATENDIMENTO DE ATÉ 100 (CEM) VIDAS Implantação, cadastro, envio e acompanhamento do sistema de segurança e medicina do trabalho nos padrões do e-social para gerar os eventos, S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde Do Trabalhador), S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores De Risco);	MÊS	12		
3	Prestação de Serviços para constituição da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) , com as seguintes atribuições: Suporte na implementação de programas de prevenção de acidentes; Acompanhamento e avaliação das condições de segurança no ambiente de trabalho; Orientação e treinamento dos membros da CIPA; Elaboração de relatórios e indicadores de desempenho relacionados à segurança no trabalho; Promoção de campanhas e iniciativas voltadas à conscientização e prevenção de acidentes. Assessoria na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) , com as seguintes atribuições: Planejamento e organização das atividades da SIPAT; Coordenação de palestras, treinamentos e workshops; Desenvolvimento e distribuição de materiais educativos; Avaliação e melhoria contínua das atividades realizadas durante a SIPAT.	MÊS	12		
VALOR TOTAL					

Obs.¹ - O Fornecedor ao cadastrar sua proposta na Plataforma BLL deverá informar a MARCA DO PRODUTO COTADO. Os itens que forem da marca do licitante deverá preencher o campo MARCA com a expressão “**MARCA PRÓPRIA**”, “**PRÓPRIA**” ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação do fornecedor, sob pena de desclassificação.

Obs.² - O envio da proposta de preços inicial em papel timbrado, carimbada e assinada é obrigatório, assim como dos documentos de habilitação exigidos neste Aviso de Dispensa, e ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do Aviso de Dispensa que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

De acordo com o termo de referência

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o termo de referência

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública da Dispensa.

Local - Data.

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2024

MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2024

SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

PARTES:

CONTRATANTE:

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO SERTÃO, inscrito no CNPJ sob o nº **27.024.544/0001-40**, com sede na Av. Messias Pereira Donato, nº 1408, Aeroporto Velho, Guanambi - BA, entidade de direito público e natureza autárquica interfederativa, constituída sob a forma de Associação Pública, neste ato representado por seu presidente **Sr. Reinaldo Barbosa de Góes**.

FORNECEDOR REGISTRADO:

(Dados da Empresa Vencedora)

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a aquisição/contratação constante no objeto do Dispensa Eletrônica nº 008/2024, Processo Administrativo Nº. 018/2024, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Aviso de Contratação Direta, seus anexos e todos os demais documentos referentes ao objeto do referido Processo supracitado, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Constitui o objeto do presente instrumento a **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM A FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, BEM COMO REALIZAR EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS DOS COLABORADORES DA POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE DO ALTO SERTÃO, SITUADA EM GUANAMBI - BAHIA**, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Aviso de Contratação Direta do Dispensa Eletrônica supracitado.

2.2 - A entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o termo de referência, anexo do Aviso de Contratação Direta e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.2.1. O registro de preços não obrigará o Consórcio a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do CIS - ALTO SERTÃO, ou seja de forma parcelada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração no objeto somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 - Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

LOTE 01 - EXAMES MÉDICOS					
OS SERVIÇOS DO LOTE 01 DEVERÃO SER REALIZADOS NA CIDADE DE GUANAMBI - BAHIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ADMISSIONAL	UNID.	14		
2	DEMISSIONAL	UNID.	14		
3	PERIODICO	UNID.	82		
4	RETORNO/FÉRIAS	UNID.	14		
5	RETORNO/LICENÇA SAÚDE	UNID.	14		
6	RETORNO/LICENÇA MATERNIDADE	UNID.	16		
7	MUDANÇA DE CARGO	UNID.	5		
8	HEMOGRAMA COMPLETO	UNID.	82		
9	URINA	UNID.	24		
10	FEZES	UNID.	24		
11	GLICOSE	UNID.	82		
12	COLESTEROL TOTAL	UNID.	82		
13	TRIGLICERÍDEOS	UNID.	82		
14	TGO	UNID.	63		
15	TGP	UNID.	63		
16	GAMA GT	UNID.	63		
17	AGHBS	UNID.	63		
18	ANTI HVA IGG	UNID.	63		
19	ANTI HBS	UNID.	63		
20	ANTI HCV	UNID.	63		
21	ANTI HBC IGG	UNID.	63		
22	RAIO X TORAX PA COM LAUDO (RADIOLOGIA)	UNID.	10		
23	AUDIOMETRIA (OTORRINOLARINGOLOGICO)	UNID.	10		
VALOR TOTAL					

LOTE 02 - CONSULTORIA E ASSESSORIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de prestar consultoria e assessoria técnica, elaborar e implementar documentos técnicos voltados à área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e em cumprimento às exigências das Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a saber: PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PGR – Programa de Gerenciamento de Risco; PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário; LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e LTIP - Laudo de Técnico de Insalubridade e Periculosidade, em atendimento às	MÊS	12		

	necessidades da Policlínica Regional de Saúde do Alto Sertão, sediada em Guanambi - Bahia.				
2	PLANO E-SOCIAL PARA O ATENDIMENTO DE ATÉ 100 (CEM) VIDAS Implantação, cadastro, envio e acompanhamento do sistema de segurança e medicina do trabalho nos padrões do e-social para gerar os eventos, S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde Do Trabalhador), S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores De Risco);	MÊS	12		
3	Prestação de Serviços para constituição da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) , com as seguintes atribuições: Suporte na implementação de programas de prevenção de acidentes; Acompanhamento e avaliação das condições de segurança no ambiente de trabalho; Orientação e treinamento dos membros da CIPA; Elaboração de relatórios e indicadores de desempenho relacionados à segurança no trabalho; Promoção de campanhas e iniciativas voltadas à conscientização e prevenção de acidentes. Assessoria na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) , com as seguintes atribuições: Planejamento e organização das atividades da SIPAT; Coordenação de palestras, treinamentos e workshops; Desenvolvimento e distribuição de materiais educativos; Avaliação e melhoria contínua das atividades realizadas durante a SIPAT.	MÊS	12		
VALOR TOTAL					

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, mão de obra, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

5.1 - Todas as condições de entrega e/ou prestação dos serviços estão dispostas no Termo de Referência do referido processo, que faz parte deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2 - O Termo de Contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização/Ordem de Fornecimento) decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser

assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.2 - Se o Fornecedor Registrado deixar de executar o objeto deste instrumento dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou troca do objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

7.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato de aquisições, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Consórcio, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2 - Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS constante do Aviso de Contratação Direta

7.3 - Efetuar a entrega do objeto no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra ou documento equivalente, em conformidade com o que trata o termo de referência.

7.3.1 - O recebimento dos materiais/serviços será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações da dispensa e da proposta.

7.3.2 - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Consórcio, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações deste, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4 - Garantir os produtos contra defeitos de fabricação e/ou contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega/prestação.

7.4.1 - Fornecer produtos/serviços de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade, quando for o caso.

7.5 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega/prestação, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Consórcio, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6 - Substituir, no prazo estipulado no Termo de Referência, os produtos/serviços que, no ato da entrega/prestação, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

7.7 - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação, quando for o caso.

7.8 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor registrado, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.9 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o

objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo estipulado no Termo de Referência, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Aviso de Contratação Direta e demais anexos.

7.11 - Manter durante a execução desta ata de registro de preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Consórcio ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14 - Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.15 - Em tudo agir segundo as diretrizes do Consórcio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Aviso de Contratação Direta.

8.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto desta Ata de registro de preço;

8.4 - Emitir as ordens de Fornecimento ao Fornecedor Registrado, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor Registrado;

8.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada no Aviso de Contratação Direta e neste Instrumento;

8.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Aviso de Contratação Direta e outras previstas na ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, por intermédio da(o) _____, que acompanhará a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de documentos fiscais, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- b) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega dos produtos;
- c) Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os produtos fornecidos em desacordo com as especificações exigidas;
- d) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- e) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição na entrega do(s) produto(s), devidamente motivado e justificado;
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- g) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- h) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- i) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- j) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE;
- k) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação documentos fiscais, à CONTRATADA, através da Diretoria Executiva, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

10.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o recebimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

10.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação e liquidação do objeto pela fiscalização do Consórcio e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3 - Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Consórcio, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Consórcio.

10.2 - A critério do Consórcio poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

10.3 - O Consórcio poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Consórcio.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Consórcio.
- d) Débito da CONTRATADA para com o Consórcio quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.4 - A despesa decorrente desta Dispensa de Licitação correrá por conta das dotações do ano corrente e dos anos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO

11.1 - O recebimento do objeto se dará da seguinte forma:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pela fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, pelo gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO

12.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, podendo após o 13º mês o preço ser reajustado através do índice IGPM publicado pela FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

13.1 - É permitido o acréscimo de quantitativos, obedecido o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na linha “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.2 - A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

14.2.1 - A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 10 dias úteis após seu protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Das infrações e sanções aplicáveis aos contratados quando:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

I - Advertência;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 02 (dois) anos.

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 02 (dois) anos.

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 03 (três) anos.

e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 04 (quatro) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

16.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

16.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Consórcio, sem justificativa aceitável;

16.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles

praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

16.1.3.1 - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.1.3.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

17.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

17.3 - Fica eleito o foro da cidade de **Guanambi - Bahia** para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.4 - Estando justas e contratadas, firmam a presente Ata, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

Guanambi - Bahia, ____ de ____ de 2024.

REINALDO BARBOSA DE GÓES
Presidente do CIS Alto Sertão

Fornecedor

Testemunhas: _____

Testemunhas: _____

ANEXO V - MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. XXX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2024

MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2024

SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

PARTES:

CONTRATANTE:

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DA SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO SERTÃO, inscrito no CNPJ sob o nº **27.024.544/0001-40**, com sede na Av. Messias Pereira Donato, nº 1408, Aeroporto Velho, Guanambi - Bahia, entidade de direito público e natureza autárquica interfederativa, constituída sob a forma de Associação Pública, neste ato representado por seu presidente **Sr. Reinaldo Barbosa de Góes**, inscrito no CPF nº 608.929.435-72 e no RG nº 04923403-07 SSP-BA, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA:

(Dados da Empresa Contratada), doravante denominada **CONTRATADA**,

Tem entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Administrativo nº. 018/2024, Dispensa Eletrônica nº. 008/2024 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM A FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, BEM COMO REALIZAR EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS DOS COLABORADORES DA POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE DO ALTO SERTÃO, SITUADA EM GUANAMBI - BAHIA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Processo Administrativo nº 018/2024 bem como a Ata de Registro de Preços nº xxx/2024 e demais anexos que formam a Dispensa Eletrônica, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor estimado deste contrato é de R\$_____, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA, de acordo com os valores e quantitativos abaixo relacionados, que será adquirido de forma parcelada:

LOTE 01 - EXAMES MÉDICOS					
OS SERVIÇOS DO LOTE 01 DEVERÃO SER REALIZADOS NA CIDADE DE GUANAMBI - BAHIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ADMISSIONAL	UNID.	14		
2	DEMISSIONAL	UNID.	14		
3	PERIODICO	UNID.	82		
4	RETORNO/FÉRIAS	UNID.	14		
5	RETORNO/LICENÇA SAÚDE	UNID.	14		
6	RETORNO/LICENÇA MATERNIDADE	UNID.	16		
7	MUDANÇA DE CARGO	UNID.	5		
8	HEMOGRAMA COMPLETO	UNID.	82		
9	URINA	UNID.	24		
10	FEZES	UNID.	24		
11	GLICOSE	UNID.	82		
12	COLESTEROL TOTAL	UNID.	82		
13	TRIGLICERÍDEOS	UNID.	82		
14	TGO	UNID.	63		
15	TGP	UNID.	63		
16	GAMA GT	UNID.	63		
17	AGHBS	UNID.	63		
18	ANTI HVA IGG	UNID.	63		
19	ANTI HBS	UNID.	63		
20	ANTI HCV	UNID.	63		
21	ANTI HBC IGG	UNID.	63		
22	RAIO X TORAX PA COM LAUDO (RADIOLOGIA)	UNID.	10		
23	AUDIOMETRIA (OTORRINOLARINGOLÓGICO)	UNID.	10		
VALOR TOTAL					

LOTE 02 - CONSULTORIA E APOIAMENTO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de prestar consultoria e assessoria técnica, elaborar e implementar documentos técnicos voltados à área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e em cumprimento às exigências das Normas Regulamentadoras, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a saber: PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PGR – Programa de Gerenciamento de Risco; PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário; LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e LTIP - Laudo de Técnico de Insalubridade e Periculosidade, em atendimento às necessidades da Policlínica Regional de Saúde do Alto Sertão, sediada em Guanambi - Bahia.	MÊS	12		
2	PLANO E-SOCIAL PARA O ATENDIMENTO DE ATÉ 100 (CEM) VIDAS Implantação, cadastro, envio e acompanhamento do sistema de segurança e medicina do trabalho nos padrões do e-social para gerar os eventos, S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde Do Trabalhador), S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores De Risco);	MÊS	12		
3	Prestação de Serviços para constituição da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) , com as seguintes	MÊS	12		

atribuições:				
<p>Suporte na implementação de programas de prevenção de acidentes;</p> <p>Acompanhamento e avaliação das condições de segurança no ambiente de trabalho;</p> <p>Orientação e treinamento dos membros da CIPA;</p> <p>Elaboração de relatórios e indicadores de desempenho relacionados à segurança no trabalho;</p> <p>Promoção de campanhas e iniciativas voltadas à conscientização e prevenção de acidentes.</p> <p>Assessoria na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), com as seguintes atribuições:</p> <p>Planejamento e organização das atividades da SIPAT;</p> <p>Coordenação de palestras, treinamentos e workshops;</p> <p>Desenvolvimento e distribuição de materiais educativos;</p> <p>Avaliação e melhoria contínua das atividades realizadas durante a SIPAT.</p>				
VALOR TOTAL				

2.2 - O CONTRATANTE poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais, conforme art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Aditamento todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até _____, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO/RECEBIMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado conforme o que estabelece a Ata de Registro de Preços nº xxx/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - As condições de reajustamento constam na Ata de Registro de Preços nº xxx/2024.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 1 - Consórcio Público Interf. da Saúde do Alto Sertão
Proj/Ativ.: 10.302.1.2.002 - Gestão das Ações da Policlínica e Transporte Sanitário
Elemento: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 500 - Transferência de Consorciado - Contrato de Rateio

Órgão: 1 - Consórcio Público Interf. da Saúde do Alto Sertão
Proj/Ativ.: 10.302.1.2.003 - Gestão das Ações da Policlínica Portaria GM/MS Nº 608
Elemento: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 600 - Transferência de Recursos do SUS

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Além de observar todas as normas e condições previstas no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 008/2024 e seus anexos, incumbe à Contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação e habilitação exigida na Dispensa Eletrônica à qual este se encontra vinculado, bem como, executar, com eficiência, pontualidade e qualidade, o objeto contratual; arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - À Contratante compete as obrigações constante na ARP nº xxx/2024, bem como efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no Aviso de Dispensa Eletrônica e na ARP, e ainda acompanhar a execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O contrato celebrado poderá ser rescindido conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços nº xxx/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA serão aplicadas as sanções constantes na ARP nº xxx/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 008/2024, Processo Administrativo nº 018/2024.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pelo Consórcio:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

II - por acordo entre as partes:

a) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias

supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos bens;

c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.2 - A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

13.3 - A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 10 dias úteis após seu protocolo.

13.4 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO DE CONTRATO

14.1 - A gestão dos contratos será desenvolvida pelo CIS - ALTO SERTÃO, responsável pela demanda de contratação e/ou adstrito a unidade gestora do contrato, admitida a delegação conforme estabelecer ato próprio e específico, para exercício das funções estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. O Consórcio poderá optar pela extinção do contrato nos casos previstos na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de **Guanambi - Bahia**, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Guanambi - Bahia, ____ de ____ de 2024.

REINALDO BARBOSA DE GÓES
Presidente do CIS Alto Sertão

CONTRATADA

Testemunhas: _____

Testemunhas: _____